

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: EM TORNO AO TERMO "BASE"*

J. B. Libânio S.J.

Há discussões de termos que são meramente nominais. Sucumbe-se então à tentação do nominalismo, que reflete em geral momento de esterilidade intelectual. Discutir, porém, o termo "base" da expressão "comunidade eclesial de base" não é uma questão meramente de palavra. Pois é precisamente a compreensão que se tem desse termo que determina em grande parte o sentido sócio-eclesial da comunidade de base. Este é o termo mais carregado de interesses sócio-políticos e eclesiásticos na expressão "comunidade eclesial de base". Pois os termos "comunidade" e "eclesial" tornam-se críticos precisamente em relação ao termo "base". A natureza da comunidade e da sua respectiva eclesialidade depende da compreensão do conceito "base". Portanto, o sentido sócio-político e eclesiástico de "base" não é inocente e revela uma concepção prévia de sociedade e de Igreja. Desbravar esse cipoal semântico, fazendo aparecer por detrás dos diversos sentidos de "base" seus pressupostos teóricos sociológicos e/ou teológicos será o objetivo dessa exposição.

I. NÍVEL SÓCIO-POLÍTICO

O termo "base" qualifica a natureza de comunidade conforme o sentido empregado, projetando-a para dentro de uma determinada concepção de sociedade. Há duas grandes acepções de "comunidade de base" com suas respectivas conseqüências para a natureza mesma da "comunidade eclesial de base". Assim o papel, a estrutura, a realidade mesma da CEB dependem de como se entende o termo "base" no nível sócio-político.

1. Concepção privatizante

a. Descrição do significado

Um primeiro sentido de base quer chamar atenção sobre o caráter

(*) Palestra proferida na "Consultation on Alternative Churches in Totalitarian Societies" ("Sommer School on Current Issues in Mission: Base Communities"), promovida pelo "Oxford Center for Mission Studies" em colaboração com o "Centro Evangélico Latinoamericano de Estudios Pastorales" (CELEP), em Oxford (Inglaterra), de 5 a 15 de agosto de 1985.

quase familiar da comunidade. Trata-se de uma comunidade de poucos membros, em que todos se conhecem e em que eles estabelecem relações primárias, organizados de forma permanente, a modo de célula (ver: Puebla n. 641).

Valoriza-se a vida interna da comunidade e não a sua relação com a sociedade, nem sua função política. Atende-se sobretudo às necessidades psicológicas dos membros, às quais a comunidade de base vem satisfazer, por causa de sua qualidade de ter poucos membros, de maneira permanente e celular.

Este tipo de comunidade é uma miniatura da sociedade tradicional, reproduzindo-a no seu interior ou quer ser uma resistência consciente ao anonimato das grandes sociedades superindustrializadas. Esta ambivalência permite que tal concepção de comunidade de base se faça presente quer em sociedades tradicionais quer em supermodernas, tendo em comum seu caráter privatizante, psicologizante, de relações primárias. A dimensão afetiva ocupa espaço relevante na vida de tais comunidades, já que elas são pensadas em grande parte para satisfazer necessidades de tal natureza.

b. Concepção subjacente de sociedade

Como aludimos acima, essa concepção privatizante de "comunidade de base" responde a dois modelos diferentes de sociedade, paradoxalmente situados em gigantesca distância cultural. Mas em ambos os modelos a característica privatizante se faz sentir, ainda que por razões sócio-culturais bem diferentes e com conseqüências políticas também bem diversas.

Sociedade tradicional (patriarcal)

Os membros da "comunidade de base" concebem a sociedade não a partir das leis objetivas ou dos mecanismos impessoais que a regem, mas como se fosse uma "grande família", um "clã". Desconhecem, portanto, as análises estruturais, para deter-se em análises extremamente individualizadas. Os acontecimentos políticos, as realidades econômicas, as estruturas sociais são encarados como conseqüências de decisões individuais, sobretudo dos líderes.

A sociedade é entendida como uma rede de relações primárias, onde tudo se obtém através de contactos pessoais, de jogo de influência, de laços de parentesco ou de apadrinhamento.

As "comunidades de base" reproduzem de modo bastante claro essas estruturas sociais, reforçando-as, no caso em que a sociedade ainda de fato seja predominantemente patriarcal. Mas já há casos em que as estruturas evoluíram para maior complexidade e os membros das "comunidades de base" ainda vivem dentro de uma concepção tradicional

de sociedade, em clara defasagem social e cultural. Reproduzem relíquias da sociedade antiga.

Caracteriza essa concepção de "base" uma carência de percepção da consistência das estruturas sociais. São percebidas na sua extrema fragilidade — real ou simplesmente suposta —, a ponto de crer-se que elas se constroem, se modificam ao sabor de atos de vontade das pessoas influentes.

Sociedade superindustrializada

A mesma tendência privatizante na concepção de "base" pode acontecer noutro tipo de sociedade. Esta apresenta-se na realidade e na consciência dos membros da "comunidade de base" como uma estrutura sofisticada, rígida, complexa, impondo-se como um dado necessário, inquestionável, impossível de ser mudado.

Os membros da "comunidade de base" consideram-se impotentes diante das estruturas da sociedade, como o pequeno Davi diante de Golias. Desistem de questionar tais estruturas, já que é inútil e perda de tempo.

A solução encaminha-se em introduzir um corte radical entre a vida privada e as práticas sociais ou profissionais. A "comunidade de base" vem responder às necessidades pessoais através de relações intersubjetivas. Procura-se resistir ao anonimato, ao peso institucional acabrunhante, criando comunidades, onde as relações primárias, afetivas, pessoais podem ser cultivadas, independentemente das estruturas macro-sociais.

O comunitário não é solução institucional, estrutural, mas pessoal, diante do colosso inevitável, insuperável da sociedade moderna. A evidência da impossibilidade de transformar essa sociedade moderna vem de dupla consciência. De um lado, o sistema alternativo ao capitalismo — o socialismo — está gerando sociedades idênticas opressivas e desumanizantes na sua gigantesca monstruosidade anônima. Doutro lado, as esperanças levantadas pelos movimentos de estudantes e intelectuais críticos, que encontraram nas idéias de H. Marcuse e na mobilização de maio de 1968 na França sua expressão máxima, terminaram em estrondoso fracasso. Com isso, o ideário marcuseano foi relegado ao mundo da história das idéias, perdendo sua força dinamizadora e criadora de grupos engajados.

Confirmando ainda mais tal evidência, constata-se hoje uma vigorosa retomada conservadora nos grandes países industrializados: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha. Portanto, nada se pode esperar de uma transformação das estruturas. A solução deve ser encontrada somente em nível pessoal e interpessoal, criando "pequenas comunidades de base", onde poucas pessoas podem resistir humanamente, numa vida mais

fraterna, personalizada, afetiva, enquanto que as atividades políticas, sociais, profissionais se desenvolvem numa sociedade desumana.

c. Conseqüências de tal concepção de base para as CEBs

Uma concepção não se constrói no ar. Mantém uma relação dialética com as práticas da comunidade que possui. Pois os membros se pensam assim como "comunidade de base", porque assim atuam. E, por sua vez, perseverando em tal concepção terminam por alimentar práticas coerentes com tal concepção.

Por isso, importa ver que tipo de práticas reflete tal concepção de "base" quando presente numa CEB e que conseqüências traz para sua vida.

Se a "comunidade de base" vive ainda dentro de uma sociedade tradicional, sua concepção privatizante de "base" corresponde a tal situação. Mas à medida que essa sociedade tradicional vai sendo suplantada pela sociedade moderna com a avalanche de novas estruturas econômicas, políticas e culturais, o futuro da CEB de concepção privatizante é muito incerto. Não está feita para enfrentar a sociedade moderna e dissolver-se-á juntamente com as outras estruturas arcaicas. Em outras palavras, o capitalismo tem enorme força dissolvente de estruturas tradicionais, calcadas numa relação primária, familiar, de clã, criando novo tipo de relações. Esse tipo de CEB corresponde ao mundo rural arcaico que está em rápidas transformações, com conseqüente êxodo rural e mudanças das próprias estruturas do campo. Tanto mais violenta é essa transformação, quanto mais selvagem se mostra o capitalismo em nossas terras.

Se a "comunidade de base" já pertence ao mundo moderno com uma concepção privatizante própria de cidadãos "ilustrados", ela não exprime a verdadeira originalidade da CEB da América Latina. Pois esse tipo de "comunidade de base" vive alheio ao compromisso político, às lutas libertárias. Tal concepção de "comunidade de base" esvazia precisamente a dimensão fundamental de nossas CEBs, que estão comprometidas com as lutas populares e entendem-se dentro de uma sociedade conflitiva. A concepção privatizante de "base" se não anula, pelo menos oculta, sob a capa das relações primárias, psicologizantes, afetivas, os verdadeiros conflitos de classe, de interesses na sociedade capitalista.

Tal concepção privatizante de "base" descaracteriza as nossas CEBs, porque rompe a tão difícil unidade conseguida pelas CEBs entre fé e luta popular, Evangelho e compromisso social, vida comunitária interna e serviço aos irmãos na luta. A concentração na vida interna da comunidade faz esquecer o universo de problemas fora da mesma, alienando-a do contexto social. Ora, a riqueza de nossas CEBs consiste, entre

outros pontos, nessa vinculação da comunidade com seu meio ambiente, com os seus problemas sociais, não escamoteando a rudeza conflitiva da realidade.

Outra conseqüência negativa de tal concepção de base consiste em reduzir ao nível puramente personalizante ou individualista problemas e suas respectivas soluções que são de natureza estrutural, sócio-política. Desloca o aspecto conflitivo estrutural para o nível de pequenas soluções pessoais e individuais, tais como "boa vontade", ajudas assistencialistas, conversão exclusivamente pessoal, sem questionar as estruturas da sociedade.

Além disso, tal concepção tem provocado ações das comunidades do tipo de atuar sobre e através de pessoas de influência para mudar pequenas situações de opressão, esquecendo a rigidez e resistência maior de estruturas econômicas, de poder. Acredita-se facilmente que com a simples mudança de algumas pessoas ou com a boa vontade de outras podem-se resolver problemas profundos, estruturais.

Num palavra, quando essa concepção privatizante de "base" com suas práticas correspondentes ocupa o horizonte das CEBs, estas terminam por perder sua verdadeira e original característica libertadora, para transformar-se em arcaicos grupos comunitários — destinados a desaparecer — ou em grupos de auto-ajuda em nível puramente pessoal ou no máximo intersubjetivo.

2. CONCEPÇÃO SÓCIO-DIALÉTICA

a. Descrição do significado

Dentro dessa concepção sócio-dialética, "base" vem a significar as classes populares, os elementos que estão no nível básico da sociedade.

Economicamente são aqueles que se dedicam principalmente ao trabalho como mão-de-obra (barata), são as verdadeiras forças de trabalho da sociedade. Em nosso Continente, essa mão-de-obra é barata, abundante, disponível e por isso facilmente explorada. Incluem-se também nesse conceito de base aqueles que nem sequer têm consciência e prática de classe. São essas grandes massas humanas, pobres, de subempregados, desempregados, biscateiros, que apenas sobrevivem em grande pobreza e freqüentemente em extrema miséria.

Politicamente a base constitui-se daqueles que não detêm poder na sociedade ou somente dispõem de pequena parcela do mesmo. Antes são os que sofrem do arbítrio, do abuso de poder das autoridades, como muito bem escreve o documento de Puebla (ver entre outros: nn. 49, 44, 18). São as grandes maioria: excluídas da participação social e por conseguinte também política (Puebla: n. 44, 208). Muitos da base de-

têm algum poder de organização popular, mas sofrem por parte dos Estados violenta repressão e são excluídos sistematicamente das esferas de decisão política. Outros estão numa situação ainda mais desfavorável. Pois nem o mínimo poder de organização detêm.

Nas "bases" predomina uma *cultura* tradicional, oral, indutiva. Vivem mergulhados ainda dentro dum universo simbólico religioso. Suas experiências deixam-se reger fundamentalmente pelas leis e ritmo da natureza. Seguem com rigidez costumes, ritos e tradições, recebidas, sem discussão, de seus ancestrais. Ainda que predomine na base tal condição cultural, já há muitas comunidades em que, sem deixar de ser base econômica e política e sem perder os elementos fundamentais da cultura popular, seus membros já exercem certa crítica sobre a própria cultura, procurando superar-lhe os elementos alienantes e paralisantes politicamente.

Ideologicamente, a "base" se caracteriza por dois grupos bem distintos. Uns vivem na inconsciência dos próprios interesses populares. Por isso são facilmente manipuláveis. No interior de comunidades de base mais conscientizadas constituem uma presença real mas menos ativa e criativa. Antes acompanham pela inércia do movimento do grupo a linha traçada pelos líderes e membros participativos. Outros, porém, já estão em pleno processo de conscientização ou já alcançaram bom nível de lucidez crítico-ideológica. São base porque pelo processo de conscientização e avanço crítico-teórico-ideológico não deixaram sua condição de classe popular, mas a assumiram ainda mais explicitamente. Esses são os membros mais ativos nas CEBs.

b. Concepção subjacente de sociedade

Em oposição a uma concepção harmônica e harmonizante da Sociedade própria da comunidade de base de cunho privatizante, aqui se afirma claramente o caráter conflitivo da sociedade. Trata-se de uma comunidade de base situada, quanto à consciência e prática, numa sociedade de classes, onde os interesses são conflitantes. Aceita-se como objetiva a análise de classes para a sociedade capitalista.

O conceito de "classe" não precisa necessariamente identificar-se com o sentido estritamente marxista. Antes, é mais amplo, pois inclui no conceito de classe popular grupos humanos — uma imensa massa de pobres não organizados em classe, não conscientizados política e ideologicamente — que não constituem propriamente uma classe social no sentido marxista.

Atribui-se ao termo "classe popular" uma amplitude maior que a análise marxista considera. Há todo um universo cultural, religioso popular que se valoriza em sua originalidade, autonomia em relação às outras instâncias política e/ou econômica. Naturalmente não se trata de

uma autonomia absoluta, como também nem se pode falar de dependência ou determinabilidade do cultural pelo econômico, afastando-se assim duma certa ortodoxia marxista. Há uma relação dialética em que o cultural das bases goza de certo potencial próprio a ponto de influenciar as outras instâncias, mas também é influenciado por elas.

Esse conceito de "base" revela uma concepção histórica em que se salienta a importância do povo, das classes populares, como sujeito de transformação sócio-política. Atribui-se-lhe mesmo até um papel protagônico, não sem aliança com outros setores sociais. Numa palavra, as bases serão o grande e principal sujeito na determinação dos objetivos da nova sociedade e portanto assumirão o papel hegemônico na transformação da história em ordem à criação da nova sociedade, ainda que em articulação com outros segmentos sociais, aliados a seus interesses objetivos.

c. Conseqüências de tal concepção de "base" para as CEBs

Essa concepção sócio-dialética de "base" valoriza o aspecto de compromisso social, de lutas libertadoras das CEBs. Não permite que tais comunidades fiquem restritas e fechadas unicamente à problemática comunitária interna. Exige, antes, uma articulação entre a vida de fé, a vida religiosa interna comunitária e os compromissos, as lutas, as exigências sociais. Tal concepção faz sobressair a verdadeira originalidade das CEBs e faz jus à sua origem histórica. Se há duas vertentes originantes das CEBs — a religiosa e a social —, a verdadeira CEB só surge quando elas se fundem numa unidade em profunda articulação. Ora, essa concepção dialética de "base" dá conta de tal origem e originalidade das nossas CEBs.

Tal concepção de base, não mascara o aspecto conflitivo da e na sociedade, obrigando as igrejas a pensá-lo em termos teológicos, eclesiológicos e pastorais. Exige, pois, das igrejas uma pastoral para uma sociedade conflitiva com os riscos inerentes a ela. Não permite soluções harmonizantes que terminam por ocultar os reais problemas. Por isso, desperta tal pastoral fortes reações das forças sociais conservadoras.

Outra conseqüência para uma comunidade de base consciente e coerente com tal prática foram as perseguições que começaram a sofrer dos órgãos repressivos e a desconfiança de setores conservadores das próprias igrejas. Ao compreender-se dentro de uma sociedade conflitiva e situada do lado dos oprimidos, a CEB viu-se imediatamente envolvida pela agudeza do conflito. Em certos países da América Latina, como p. ex. na Guatemala, houve casos extremos em que toda uma comunidade de base foi literalmente massacrada pelos órgãos repressivos. O extermínio total de algumas comunidades de base mostra a que limite extremo a

consciência e a prática de uma concepção de "base" podem conduzir uma comunidade.

II. NÍVEL ECLESIÁSTICO

No nível eclesiástico, o termo "base" pode ser entendido num sentido mais quantitativo ou mais qualitativo, com suas respectivas concepções eclesiológicas subjacentes e com conseqüências práticas para as CEBs. De novo, não se trata de mera questão nominal, puramente semântica, para divertimento teórico de acadêmicos. Está em jogo a própria estrutura eclesial das CEBs.

1. Concepção quantitativa

a. Descrição do significado

"Base" que traduzir o número restrito dos membros da comunidade. Refere-se ao pequeno número dos membros permanentes na comunidade que se reúnem para suas atividades comunitárias. Procura-se prescindir da qualidade, do tipo de comunidade.

"Base" não quer significar a natureza eclesiástica dos membros, nem sua função na estrutura das igrejas. Assim se evita colocar o problema das tensões entre leigo e cúpula eclesiástica. O termo "base" não se refere a nenhum desses pólos. Simplesmente restringe-se ao caráter reduzido dos constituintes da comunidade. Portanto, acentua-se a configuração "celular" da comunidade como pequena unidade do tecido geral da Igreja. Numa igreja estruturada em paróquias, a comunidade de base não passa de uma subdivisão administrativa em vista à sua renovação espiritual. A comunidade de base surge então como uma excelente estratégia pastoral para revivificar a estrutura mumificada das paróquias. Muitos párocos dedicaram-se a estudar esse fenômeno ou essa técnica pastoral na esperança de reanimar as velhas estruturas de suas igrejas. Nesse sentido, a comunidade de base é pensada para qualquer nível social. Sua especificidade está no seu caráter de pequeno grupo, de minoria consciente, de núcleo vivo, de célula vital no tecido eclesial. A comunidade de base é maravilhoso instrumento pastoral para os tempos modernos.

b. Eclesiológica subjacente

Nesta concepção, a comunidade de base é vista a partir da instituição maior. Supõe uma eclesiológica que coloca em primeiro momento e em primeiro lugar a manutenção e revigoramento das instituições já estabelecidas. É uma eclesiológica portanto vertical e institucional.

A comunidade de base não é percebida como "nova maneira de ser Igreja", mas uma nova maneira de animar as instituições já existentes sem mudá-las nem questioná-las. Nada de novo vem dessa base a não ser um afervoramento do que já existia antes.

Essa eclesiologia também coloca no centro o ministério eclesiástico nas suas formas estabelecidas. E a partir dele considera-se a comunidade de base um lugar privilegiado para exercê-lo. Não entra em cogitação falar de "novos ministérios", porque de fato não são novos a não ser no fervor e na maneira mais personalizada de exercê-lo.

O poder central continua na sua posição de guardião da verdade, da moral, da prática sacramental, não permitindo nenhuma participação especial da CEBs nessa esfera. Elas situam-se na ordem dos meios pastorais e dos instrumentos de ação e não da constituição e estruturação da Igreja. Essa estrutura continua intocada.

Usando uma expressão do teólogo L. Boff, o fenômeno das CEBs não exprime nenhuma "eclesiogênese" mas insere-se tranqüilamente na clássica eclesiologia já tradicionalmente conhecida. Como recurso pastoral, a CEB tem portanto um caráter bem provisório, circunstancial, de utilidade prática e momentânea. Amanhã pode surgir facilmente outra técnica pastoral pela qual a CEB será superada.

A CEB significa um novo modo de reprodução, permanência, continuidade da mesma estrutura eclesiástica vigente. Nessa eclesiologia, não há espaço para verdadeiras novidades, pois as estruturas da Igreja são vistas, na sua atual forma histórica, como de direito divino e imutáveis. Esta sua atual estrutura revela a vontade explícita de Jesus, seu fundador, e por isso não pode sofrer modificações. Permite-se sim encontrar meios para revitalizá-la, mas nunca trazer-lhe alguma novidade estrutural.

Numa palavra, essa eclesiologia era predominante na Teologia anterior ao Vaticano II e continua ainda presente, ainda que secundariamente, em textos do próprio Concílio Vaticano II. Seus defensores recorrem portanto, quer a essa tradição teológica pré-Vaticano II, quer aos textos remanescentes dela na Constituição *Lumen Gentium*.

É a partir de tal eclesiologia que se nega qualquer outra interpretação do fenômeno das CEBs, como veremos nos parágrafos seguintes. Conjunturalmente tal eclesiologia depois de certa eclipse nos anos posteriores ao Concílio voltou de novo a impor-se vigorosamente através de medidas disciplinares de instituições eclesiásticas e através do apoio teológico que lhes dão teólogos orgânicos da instituição.

c. Conseqüências de tal concepção de base para as CEBs

Ao prescindir-se do caráter popular e leigo do termo "base", ter-

mina-se por esvaziar o caráter original, libertador das CEBs. Essas são reduzidas à mera subdivisão administrativa da paróquia. Não se distingue da paróquia a não ser pela diferença de número de membros e por um maior entrosamento e conhecimento entre os participantes.

A caminhada das CEBs, que vinha sendo alimentada especialmente por uma nova eclesiologia e por nova organização eclesial, é relativizada e mesmo detida com tal concepção de "base". Pois tira-se-lhe o caráter original e próprio, reduzindo-a a mero fenômeno transitório de simples forma de pastoral.

Contorna-se, evita-se assim pensar e atuar no sentido de remodelação das estruturas da Igreja, do uso do poder no seu seio, da escolha e natureza dos ministérios. Questões que as CEBs têm levantado com agudeza. A "base", que vinha adquirindo no seio da Igreja uma função mais importante de sujeito, é reconduzida nessa concepção à sua pura condição de "base" no sentido de carência de participação, de objeto, de destinatário da ação pastoral. A emergência do sujeito popular no interior da Igreja, em forma consciente e ativa, é detida e refreada, por meio de uma ação de torná-lo de novo sujeito passivo e receptivo de doutrinas, normas, preceitos, conteúdos pensados independentemente de sua vida e experiência.

Encobre-se com tal visão de "base" uma sadia tensão entre o mundo não-clerical e as instituições clericais em vista de uma reestruturação menos clerical da Igreja. A virada teológica do Concílio Vaticano II, simbolizada pela introdução de um capítulo sobre o Povo de Deus, anterior à abordagem da Igreja como Instituição, parece perder força, com a recolocação da Instituição no centro e o deslocamento da dimensão Povo de Deus para segundo plano.

2. Concepção qualitativa

a. Descrição do significado

O termo "base" quer designar a qualidade do tecido novo que se forma com a "comunidade de base". Não é o caso de fixar-se no pequeno número dos membros, mas de que membros se trata. Fundamentalmente são aqueles que não têm poder, quer na sociedade — sentido sociológico —, quer na Igreja — sentido eclesiológico.

"Base" define-se em oposição aos que ocupam os lugares de cúpula, de poder, de autoridade, no campo político ou eclesiástico. Entende-se portanto em contraposição aos poderosos, àqueles que exercem função de mando, de poder, quer administrativa quer ideologicamente.

Na Igreja não são base aqueles que constituem o mundo explicitamente clerical, seus teólogos, as forças pastorais ilustradas, os consulto-

res e assessores. Todos eles dispõem de algum poder oficial. A "base" está totalmente desprovida desse poder eclesiástico.

Os ministérios na Igreja até então vinha sendo exercidos pelos que não pertenciam à base. E quando alguns ministros se originavam da base, pela força da formação e do exercício ministerial deixavam de ter a consciência e a prática própria da "base". Por isso, quando se fala dos ministérios que começam a brotar da base, esses são diferentes dos outros ministérios. São verdadeiros "novos ministérios", desvinculados da antiga estrutura de poder.

b. Eclesiologia subjacente

Em oposição à eclesiologia anterior, acentua-se o cunho participativo e horizontal da Igreja. O horizonte de compreensão é a Igreja como Povo de Deus, onde se salienta a igualdade fundamental de todos os cristãos. A CEB quer ser um "novo modo de ser Igreja" (CNBB: Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil, documentos da CNBB n. 25, São Paulo 1982, p. 5). O surgimento das CEBs é verdadeiro fenômeno de "eclesiogênese", isto é, de uma igreja que se está construindo.

Esta eclesiologia forjou esta bela expressão: "uma Igreja que nasce do povo pela força do Espírito". Outra expressão que quer traduzir tal experiência eclesial é a de "Igreja popular". Evidentemente ambas podem e estão sendo explicitamente mal interpretadas a fim de combater essa concepção eclesiológica. Não se trata evidentemente de uma Igreja que nasce do povo, no sentido de distinta, separada, em oposição às outras comunidades, em ruptura de comunhão com as outras igrejas particulares. Pois a verdadeira Igreja universal é a comunhão das igrejas particulares. Ora, essa Igreja popular, essa Igreja que nasce do povo não significa nenhuma ruptura com as outras comunidades, mas quer traduzir a possibilidade de repensar a estruturação da Igreja a partir da ação do Espírito nas bases. É possível que reestruturação profunda aconteça na Igreja, não por simples iniciativa reformista da cúpula, mas pela provocação profética das bases pobres da Igreja. É a audácia desse fato que a eclesiogênese quer traduzir.

A CEB reflete uma compreensão de Igreja como uma "rede de comunidades" unidas pelo Espírito, onde a liberdade criativa nos diferentes níveis (liturgia, ministérios, organização interna, prática pastoral) tem amplo espaço. É um modelo eclesiológico de criatividade e não de pura reprodução das estruturas já existentes. Pode significar uma ruptura de modelo, mas não da Igreja.

Encontra, como vimos acima, sua justificação teológica na Constituição dogmática *Lumen Gentium*, ao tratar fundamentalmente a Igreja como Povo de Deus, na sua dimensão igualitária, criativa, livre, participativa de irmãos pelo batismo. Essa dimensão de irmão e membro ati-

vo na comunidade pela força mesma do batismo — igualmente fundamental de todos os cristãos — aparece com novo vigor nas CEBs, segundo essa concepção de base.

Essa concepção de “base” quer traduzir em termos eclesiológicos a opção evangélica pelos pobres. A predileção de Deus pelos pobres manifesta-se nesse surto verdadeiramente “carismático” de pobres, da “base” eclesial, assumindo uma presença ativa, criativa no seio da Igreja. A dimensão carismática não se concentra, como nos movimentos carismáticos de cunho espiritualizante e próprios da classe média, nos fenômenos pessoais, individuais de orações borbulhantes, de curas espirituais e/ou físicas, de falas de línguas abstrusas, mas atinge as próprias estruturas eclesiásticas. Por isso, é um movimento profundamente renovador, criativo de estruturas, enquanto que o outro permanece mais na sua posição conservadora em relação às estruturas e esgota sua criatividade em liturgias ou sessões espirituais sem alcance transformador.

c. Conseqüências de tal concepção de base para as CEBs

A maior e mais importante conseqüência de tal concepção de “base” vem a ser o fato de pensar uma reestruturação profunda das igrejas particulares, de sua comunhão entre si, pela força da presença ativa e consciente das CEBs em seu seio. Esse processo está bem no início e não podemos adivinhar que novidades nos prepara o Espírito através desse surgimento significativo de comunidade de base.

A História da Igreja tem-nos mostrado muitas vezes como profundas transformações na Igreja vieram da atuação consciente e vigorosa de pessoas ou grupos situados na periferia, para não dizer, marginalizados. Assim essas “bases” populares, pobres, sem poder político e eclesiástico, em sua criatividade pura e até mesmo ingênua, começam a produzir transformações importantes em estruturas eclesiásticas pluriseculares.

Esse conceito de “base” não quer escamotear nem evitar uma real e sadia tensão entre a camada clerical e não-clerical no seio da Igreja. A morte da Igreja seria precisamente a supressão dessa tensão, seja por meio de uma clericalização total, como também pela perda desse grupo consagrado totalmente à Igreja através dos ministérios institucionais e por funções administrativas necessárias. O surgimento de uma presença significativa da “base” leiga e pobre na Igreja tem-na obrigado a repensar muitas de suas formas de poder administrativo e teológico. Quem sabe que tais comunidades de base não nos ajudarão a recolocar em termos serenos, objetivos, evangélicos até mesmo a ligação obrigatória do celibato com o exercício do ministério sacerdotal, com a possibilidade de pensar outro tipo de sacerdote, mais ligado às bases?

Essa compreensão de base recoloca também a maneira de fazer e aprender Teologia. Até agora tem predominado o modo acadêmico. Uma teologia popular em nível de produção e ensino vai surgindo na medida em que tais CEBs se firmam na consciência de sua eclesialidade completa.

CONCLUSÃO

O termo "base" é preñado de significados. O uso de um sentido é decisão política e teológica, com sérias conseqüências para a vida das CEBs. Portanto, essa reflexão não se quis perder em labirintos semânticos, mas traduzir problemas bem concretos que nossa Igreja está vivendo na atual conjuntura.

Escolhemos a via analítica e não militante. O esforço teórico concentrou-se na captação real dos significados e na penetração dos pressupostos político-ideológicos e teológicos de cada uso, com as naturais conseqüências para a vida das CEBs.

Ficou-nos claro no decorrer da reflexão que há uma profunda relação dialética entre as compreensões do termo "base" e as práticas concretas, de natureza política e pastoral, das forças seculares ou religiosas conforme se situam em relação à compreensão do termo "base". Mais. Ainda que os campos político-ideológico e teológico-pastoral tenham suas autonomias próprias, que de modo nenhum podemos desconhecer, vai-nos aparecendo cada vez mais nítido o fato da articulação, ora proposital, ora meramente fática, desses níveis. É-nos pedido no presente momento ter lucidez para perceber tais alianças, denunciá-las quando elas significam uma deturpação do horizonte da fé e da pastoral.

Assim aqueles que no nível eclesiológico se atêm a uma compreensão de "base" mais quantitativa terminam por reforçar uma visão sócio-política privatizante, na linha do sistema dominante capitalista ou pior ainda se prendem a estruturas arcaicas do sistema pré-capitalista, não menos opressor. Portanto, as escolhas eclesiológicas não podem ser entendidas sem sua relação com as figuras sócio-políticas mais consentâneas com elas. Ainda que nessa exposição não trabalhamos essas alianças entre os dois níveis de modo explícito, creio, porém, que a simples análise já nos oferece elementos suficientes para ulteriores reflexões nesse sentido.

Nesses dias do congresso temos ouvido e ainda ouviremos exposições sobre as mais diversas maneiras de compreender e viver a experiência de comunidade de base. Essa reflexão teórica quer ser um marco para ajudar-nos a situar nossas comunidades de base e perceber os elementos estruturais sócio-políticos e eclesiásticos implícitos nas diferentes concepções de "base". Como toda reflexão em forma de modelo, os tra-

ços principais são acentuados naquilo em que os modelos diferem. Os traços comuns, as misturas de modelos, que certamente se dão no concreto histórico, não são negados. Os modelos querem ajudar-nos a perceber as diferentes linhas de forças, que, embora opostas, podem conviver em dado momento no mesmo modelo. Mas a reflexão teórica nos aponta para futuros conflitos, para a necessidade de opções claras, já que interesses conflitantes dificilmente convivem muito tempo na harmonia de uma mesma comunidade, sobretudo quando o grau de conflitividade é radical. Para fazer face a tais problemas reais, o tratamento teórico do modelo pode contribuir.

Da realidade das CEBs pode valer o sábio conselho de Gamaliel: "Homens de Israel, cuida-vos bem do que ides fazer... Pois se seu empreendimento (as CEBs) e sua obra vem dos homens, ela se destruirá por si mesma; mas se ela vem verdadeiramente de Deus, não conseguireis destruí-la.. Não arrisqueis de encontrar-vos em guerra contra Deus" (At 5, 35.38s). Naquele tempo, o Sinédrio foi sábio e seguiu-lhe o parecer. E hoje?

João Batista Libânio S.J. é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Professor de Teologia na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte, MG), Presidente da Sociedade Brasileira de Teologia e Ciências da Religião. Entre suas obras, destaquem-se: *Pecado e opção fundamental*, 1975; *Evangelização e libertação*, 1975; *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais*, 1980; *Pastoral numa sociedade de conflitos*, 1982 (todos pela Ed. Vozes, Petrópolis); *A volta à grande disciplina*, 1983; *Fé e política*, 1985 (ambos pelas Ed. Loyola, São Paulo); *O Novo Céu e a Nova Terra, Escatologia Cristã*, escrito em conjunto com Maria Clara L. Bingemer (Ed. Vozes, Petrópolis 1985).

Endereço: Caixa Postal 5047 — 31611 Belo Horizonte - MG